Termo de Notificação - TN

Processo:	PCSB/CSB/0003/2024
Nome da Fiscalização:	AF dos SAA e SES de Mauriti (Sede) e Localidade Palestina do Cariri
Relatório de fiscalização:	RF/CSB/0007/2024

1. Identificação do Órgão Fiscalizador

Nome:	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.
Endereço:	Centro Adm Virgílio Távora- Av Gal Albuquerque Lima, Cambeba-CEP 60822-325, Fortaleza
Telefone:	(85) 3194-5605

2. Identificação do Notificado

Nome:	CAGECE
CNPJ:	07040108000157
Responsável:	Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Qualificação:	Concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Endereço:	Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 - Vila União, Fortaleza-CE

3. Descrição dos Fatos Apurados

Determinação:	D4 (RF/CSB/007/2024)
Constatações:	-A operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário não estão sendo realizadas de forma adequada, de forma a garantir a conservação e integridade das infraestruturas, bem como a segurança dos funcionários. Dessa forma, identificou-se as seguintes não conformidades: ABASTECIMENTO DE ÁGUA Sede de Mauriti > PT-01: casa do quadro de comando com o revestimento da laje deteriorada; buraco escavado e não recoberto no local do clorador de pastilhas, cuja operação encontrava-se em stand by; > PT-05: Infraestrutura em recuperação e reformas, apresentando erosão da área do pátio interno, muro com rachaduras, desabando e contra piso e telhado em processo de recuperação; > REL-03: pintura deteriorada e identificação apagada e quadro de banco capacitor sem tampa; Localidade de Palestina do Cariri > EE-01: materiais armazenados de forma inadequada e improvisada na casa de bombas da elevatória; > RAP-01: escada tipo marinheiro inadequada e sem estabilidade; tampa de acesso e inspeção do reservatório oxidada; não há drenagem das águas pluviais na cobertura do reservatório; tubulação de respiro com tela mal instalada; fiação elétrica sobre a laje e sem eletroduto de isolamento e proteção; > REL-01: identificação apagada; > Casa de química: sem iluminação; > PT-03: tampa de proteção da caixa de inspeção fora do lugar; > PT-01: vazamento na tubulação e calçada deteriorada; ESGOTAMENTO SANITÁRIO > EEE-01: foi detectada a presença de sobrenadante no poço de sucção; a grade proteção da abertura do poço tem espaçamento grande entre as barras; câmara de rejeitos saturada de acúmulo de material; materiais armazenados na sala do quadro de bombas, de forma improvisada em caixas e tábua apoiada em tijolos,

Constatações:	sem organização e controle; > ETE: taludes das lagoas estão em processo de erosão; caixa de distribuição dos esgotos deteriorada e cerca de isolamento e proteção está danificada.
Orientação:	A CAGECE deve realizar operação e manutenção adequada das unidades integrantes dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, visando corrigir as não conformidades descritas na constatação C4.
Prazo (dias):	120
Fundamento Legal:	Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código. - Art. 2º da Res. nº 130/2010 da ARCE - Compete ao prestador de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios sob sua responsabilidade, o planejamento, a execução das obras e instalações, a operação e manutenção dos serviços de captação, transporte, tratamento, reservação e distribuição de água, e o esgotamento, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, a medição dos consumos, o faturamento, a cobrança e arrecadação de valores e monitoramento operacional de seus serviços, nos termos desta Resolução, observados os contratos de concessão e de programa de cada município. - Art. 119 da Res. 130/2010 da ARCE - O prestador de serviços é responsável pela operação e manutenção adequada das unidades integrantes dos sistemas públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, devendo mantê-las em bom estado de limpeza, conservação, manutenção, organização e de segurança. §1º - No cumprimento do bom estado de limpeza, conservação, manutenção e organização, o prestador de serviços deverá tomar as providências necessárias para garantir condições satisfatórias de higiene, evitar a deterioração das instalações e demais estruturas, verificar possíveis contaminações do meio ambiente e minimizar perda de água. §2º - No cumprimento da segurança, devem ser observados os fatores que possam ocasionar acidentes e as condições de restrição do acesso de terceiros a área física dos sistemas, como a presença de sinalizadores e avisos de advertência. - Art. 126 - Visando garantir a qualidade da água fornecida aos usuários, o prestador de serviços deve realizar a limpeza e desinfecção dos reservatórios de distribuição e acumulação a cada período de, no máximo, 6 (seis) meses. § 1o - A realização da limpeza dos reservatórios deve ser registrada em documento específico. § 2o - Os resíduos e a água resultantes da limpeza dos reservatórios devem ser dispostos em local adequado, autorizado pelo órgão competente. § 3o - O prestador de serviços poderá estender o período entre ações de limpeza e desinfecção dos reservatórios de distribuição e acumulação até o máximo de 2 (dois) anos, desde que observados os procedimentos estabelecidos em Plano de Segurança da Água aceito pela Autoridade de Saúde Pública competente, conforme art. 49 da Portaria GM/MS no 88, de 4 de maio de 2011, e suas atualizações. (Acrescentado pela Resolução no 04, de 07 de abril de 2022)
Infrações:	01.07 - Operação e manutenção inadequadas - Não realizar operação e manutenção adequada das unidades integrantes dos sistemas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário.

4. Ações a serem empreendidas pelo Notificado

O notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento deste Termo de Notificação, para se manifestar sobre o assunto nele tratado, oferecendo as informações e os documentos que considerar necessários ou convenientes à fiscalização. A manifestação deverá ser dirigida ao Coordenador da CSB.

5. Representante do Órgão Fiscalizador

Nome:	Geraldo Basílio Sobrinho		
Cargo/Função:	Analista Regulação	Matricula:	049-1-X
Lotação:	Coordenadoria de Saneamento		

Fortaleza, 03/05/2024	Assinatura:	Documento assinado digitalmente GERALDO BASILIO SOBRINHO Data: 06/05/2024 09:43:23-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Recebido em: __/__/____

Por_____

Identificação

Assinatura _____